

A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE NO SÉCULO XVIII

Fábio LUCAS

Para reforçar argumentos já desenvolvidos, deliberamos encadear algumas notas de apoio, que acentuam as distinções culturais entre o Brasil e Portugal, em primeiro lugar; como corolário a alteridade entre a América e a Europa. Por último, no rumo da aquisição de valores endógenos, genuínos, assinala-se a constituição de um corpus axiológico que separa o Brasil do resto do mundo, quando, então, se esboça uma entidade autônoma.

Dois níveis de consciência operavam em Minas Gerais no século XVIII, a mais rica e próspera província da colonização portuguesa de um lado, a elite cultural, composta de poetas, artistas, músicos, professores, gramáticos, tradutores, cientistas de toda ordem (botânicos, químicos, inventores), juristas, negociantes, rendeiros, arquitetos, mineralogistas, clérigo ilustrado, funcionários da Coroa, enfim, a camada letrada da população; de outro lado, o corpo de artesãos, de trabalhadores da mineração, pequenos agricultores, enfim, a camada popular.

O núcleo da elite se deixava passar pelas idéias francesas, que o Enciclopedismo fazia irradiar pelo mundo Ocidental. Curioso o percurso dos intelectuais: iam buscar conhecimentos na Europa, preponderantemente em Coimbra. O governo português cuidava de prepará-los como súditos fiéis aos interesses da Coroa. Mas aquela juventude, em contato com os meios acadêmicos, acabava por informar-se do progresso técnico e político que tomava os setores mais avançados da Europa. Acabaram, no retorno ao Brasil, por empunhar a bandeira do avanço independente da Colônia.

O governo do Marquês de Pombal contraditoriamente contribuiu por reforçar a motivação autonomista, muito embora o seu projeto político-econômico fosse o de engajar o Império português na esfera da modernização autoritária enfraquecendo o clero e a nobreza, símbolos de uma herança feudal, pré-capitalista, tentou desenvolver o setor comercial e financeiro, a fim de ativar a utilização das riquezas provenientes da ocupação colonial. Tinha, evidentemente, de contornar o poderio expansionista da Inglaterra e as desavenças com o projeto espanhol.

Foi na reforma do ensino, em favor da preponderância da língua portuguesa no Brasil, que se propagou um dos fatores de comunhão cultural entre as duas camadas da população brasileira: a erudita e a popular.

A consolidação da língua portuguesa no Brasil, no século XVIII, marcará igualmente uma diferenciada prática linguageira, estabelecendo-se, então, um fosso cultural na direção da autonomia brasileira. Apontemos alguns aspectos que, nesse âmbito, favoreceram a formação de nossa peculiaridade.

Valendo-nos do manuscrito de Lorenzo Vitral, “Língua geral versus língua portuguesa: a influência do processo civilizatório”, indiquemos, em primeiro lugar, a sua hipótese: “a vitória dos emboabas, ao permitir o estabelecimento da ordem institucional na região das Minas, que veio a se tornar, no transcorrer do século XVIII, a capitania mais importante da colônia, cerceou a expansão da língua geral do sul no Brasil. Assim, a dominação política daqueles que não falavam a língua da terra foi, provavelmente, decisiva na atribuição de prestígio ao idioma lusitano.” Os paulistas, considerados ferozes na sua cobiça e rústicos, eram majoritariamente bilíngües, dominando a língua geral do sul e o português.

O sucesso da língua portuguesa no Brasil se deve, na opinião de Lorenzo Vitral, em primeiro lugar, à política do Marquês de Pombal, que, em 1758, tornou obrigatório o seu uso na colônia. Concomitantemente, a expulsão dos jesuítas tirou a primazia do ensino das línguas indígenas, com o objetivo da expansão da fé. O ensino em Minas, portanto, não esteve associado à ação missionária de ordens religiosas.

Já assinalamos, em outro estudo (“Combates da Razão: Luzes e Pombalismo entre os Mineiros”), como José Ariel Castro chama a

atenção para a pedagogia pombalina que determinou que se ensinasse antes de mais nada a ler e, somente depois a escrever. Com isso, fez-se necessário recrutar mestres que ensinassem a ler em voz alta. Como não havia professores lusitanos em número suficiente, utilizaram-se mestres locais, habituados à pronúncia brasileira, fixando-se, portanto, a norma local nos exercícios de leitura e dicção.

Quanto à elite intelectual, tomemos o exemplo de alguns poetas mineiros. J. Basílio da Gama, como é sabido, ingressou na Arcádia de Roma, em 1763, designando-se “Americano” (e não “Português”, como seria de regra), pontuando uma alteridade entre o “Português” da América e o da Europa. Já na obra **Sonetti ed Orazioni in Lode delle Nobile Arti del Disegno, Pittura, Scultura ed Architettura**, de 1764, aparece, à p. 65, assinando um soneto e se designando “Brasileiro”: Giuseppe Basílio da Gama Brasileiro (cf. Hélio Lopes, *Letras de Minas e Outros Ensaios*, S. Paulo, Edusp, 1977, p. 152).

Já seu amigo e admirador Silva Alvarenga, na obra **Glaura** (1799), inscreve, a p. 5: Poemas eróticos de hum Americano, o que reforça o corte nativista, dentro do complexo cultural luso-brasileiro.

O projeto diferenciador de objetivos estava em processo já no século XVIII. Apenas breve citação ligada à circunstância da Inconfidência Mineira: o clérigo que prestou assistência religiosa aos condenados, Frei Raimundo Pennaforte, assim se pronunciou em seu relatório: “Entre os papeis apreendidos aos réus, achavam-se muitas poesias, verdadeiras sátiras, contra os Europeus, e um poema, que metia a ridículo todo o governo da soberana.”

Fermentara-se o clima anti-Iusitano. Laura de Mello e Souza, no capítulo “Insurreições em Minas” de **Norma e Conflito - Aspectos da História de Minas no Século XVIII** (Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999) assinala que a Inconfidência Mineira de 1789, malgré elle-même, constitui “marco de nossa nacionalidade” (p. 214). E, no capítulo “Civilização em Minas”, pontifica: “No último quartel do século, menos de cem anos, portanto, após Antônio Rodrigues Arzão ter encontrado no Trapuí o primeiro ouro, havia em Minas apreço tão acentuado pelas reuniões literárias, pelos espetáculos teatrais, pelas audições de música, pela encomenda e compra de livros, pela fruição estética que, sem exagero,

pode-se falar que existia aí, talvez pela primeira vez na América Portuguesa, um verdadeiro sistema cultural.”

Em trabalho de grande concentração intelectual, Ivan Teixeira buscou acentuar a funcionalidade da retórica pombalina, que tinha por objetivo exclusivo consolidar os valores da colonização portuguesa. Buscou, nessa linha, contraditar a tradição romântica de nossos historiadores da Literatura e estudiosos do passado colonial, que apontam na “escola mineira” os primórdios da formação da nacionalidade. É o que consta do laborioso trabalho **Mecenato Pombalino e Retórica Neoclássica** (S. Paulo, Edusp, 1999).

Mas a Literatura é o reino da polissemia. A filiação retórica é incapaz de governar o registro do sentido. Que europeu, por mais fiel que fosse à disciplina retórica, adotaria, como J. Basílio da Gama e José de Santa Rita Durão, tão divergentes em princípios políticos, títulos de obras como **O Uruguay (1769)** ou **Caramuru (1779)**? Por mais estreita que fosse a decisão mimética, a mitologia greco-latina deixou de ser tão determinante no seu absolutismo “neoclássico”.

É que já estávamos sob o foco de uma alteridade. O embrião de novo limite cultural plantava os seus marcos. De que valeu que todos os estudantes brasileiros fossem preparados para reproduzir as razões da Coroa portuguesa? A metodologia escolástica encontrou contundente contestação nas sátiras de Silva Alvarenga (*O Desertor*, 1774) e de Francisco de Mello Franco (*O Reino da Estupidez*, man. de 1785 e edição de 1810).

A Mesa Censória fora unificada em 1768, amenizando-se o efeito da tirania religiosa na proibição das obras, muito embora permanecessem sob censura autores como Voltaire, Rousseau, Raynal, Mably, Montesquieu, Diderot, Beccaria, Marmontel, Laclous, etc. No entanto, as “idéias francesas” predominavam nas bibliotecas apreendidas nas duas Devassas: a da Inconfidência Mineira e a do Rio de Janeiro (1794).

Caio Boschi, no estudo “A Universidade de Coimbra e a Formação Intelectual das Elites Mineiras Coloniais” (**Achegas à História de Minas Gerais - Século XVIII**, Universidade Portucalense, Departamento de Publicação, Porto, Junho, 1994, pp. 11-37) assinala que, não obstante

a tentativa de dominar a formação da elite mineira por meio do ensino, um dos mais convictos da Conjuração, o Cônego Luís Vieira da Silva, e um dos mais ardorosos e empenhados na luta pela autonomia, o Tiradentes, não passaram pelos bancos universitários de Coimbra.

Aliás, não nos parece casual que apareçam, nos autos de devassa da Inconfidência Mineira, tantos poetas e sacerdotes ilustrados. O argumento de que todos estavam a serviço da retórica pombalina e portanto, do fortalecimento da dominação lusitana, sofre, com o fato, frontal contestação.

Ademais, leiamos com proveito alguns ensinamentos de Joaquim Brasil Fontes. No estudo “As Obrigatórias Metáforas”, adverte: “A Retórica é uma arte (no sentido grego: *tékhne*) que se ensina e que é importante para a sobrevivência das instituições. Com a queda das cidades-estados e o fim da República Romana, ela perde sua razão (ideológica) de ser: transforma-se em tarefa **escolar**, no sentido pejorativo do termo. “(As **Obrigatórias Metáforas**, S. Paulo, Iluminuras, 1999, pp. 53-54).

Em outro capítulo, “Gramática, Texto e Retórica”, Joaquim Brasil Fontes mostra como o **Trivium** proveio de Quintiliano e “comportava dois aspectos: o conhecimento do uso lingüístico correto (**recte loquendi scientia**) e a leitura explicada dos poetas (**poetarum enarratio**), compreendendo, pois, uma ciência da linguagem e uma ciência do fato literário.” (ob. cit., pp. 34-35). E acrescenta: “Essa gramática estuda **uma** língua, que é **a** língua: o latim, sistema abstrato, grande estrutura fechada num espaço que dissolve a dialética da situação de comunicação.” (ob. cit., p. 35).

A seguir, o autor de **As Obrigatórias Metáforas** incide no ponto nodal da questão: “a **língua da Gramática** oculta a história e as condições de produção do discurso, permitindo instaurar a ficção de um idioma inocente, neutro, bem comum a todos, instrumento de comunicação colocado fora do social e acima dos conflitos: atemporal.” (ob. cit., p. 35)

O que desejamos assinalar é que, no século XVIII, o país consolida o estilo brasileiro de uso do idioma português, adotando-o

como língua de cultura e instrumento de inserção no convívio internacional. Além disso, configuram-se os traços marcantes de americanidade e, em particular, de brasilidade, com o que, num jogo de espelhos, se vai estruturando a alteridade em relação aos contributos europeus e a dessemelhança com respeito aos povos de colonização espanhola. Os projetos sociais, políticos e econômicos esboçarão o nosso processo autônomo.